



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL
DE
PAMPILHOSA DA SERRA

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 11/12/2017
(Contém folhas)

ATA Nº 27

Estiveram presentes os seguintes membros:

Presidente:	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
Vereador:	Jorge Alves Custódio	(PSD)
Vereador:	Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé	(PSD)
Vereador:	João dos Santos Alves	(PSD)
Vereador:	Carlos Manuel Nunes Alegre	(PSD)

Faltaram os seguintes membros:

Presidente:
Vereadores:



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO DE 11/12/2017

ATA Nº 27

----- Aos onze dias do mês de dezembro do ano dois mil e dezassete, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor José Alberto Pacheco Brito Dias, na qualidade de Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores Jorge Alves Custódio, Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé, João dos Santos Alves e Carlos Manuel Nunes Alegre. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnico. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver "quorum" para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A ata da reunião ordinária realizada no dia 27 de novembro de 2017 foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

I - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1 - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA E DOS SENHORES VEREADORES

1.1.1 - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE

1.1.1.1 - Doação de Materiais de Construção - Ofício da Câmara Municipal de Rio Maior

----- O Senhor Presidente informou o restante Executivo, que recebeu um ofício da Senhora Presidente da Câmara de Rio Maior, a informar que a Remax, através da sua Consultora Imobiliária, propôs a colaboração/apoio logístico da Câmara Municipal de Rio Maior, no desenvolvimento de uma campanha solidária, a decorrer entre os dias 11



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

de dezembro e 20 de janeiro, que consiste na doação de materiais de construção a cidadãos afetados pelos incêndios no último verão e à qual aquela Câmara respondeu favoravelmente. Nesse sentido e tendo em conta a estima e o apreço que merecem os municípios fustigados pelos incêndios, nomeadamente o de Pampilhosa da Serra, vem propor que os materiais recolhidos sejam doados ao nosso concelho, com o intuito de contribuir para minimizar o sofrimento de algumas famílias, mas sobretudo, para as encorajar no novo percurso da sua vida. Mais informa que a Câmara Municipal de Rio Maior disponibiliza os meios necessários para assegurar o transporte até Pampilhosa da Serra no dia e hora que venham a ser combinados. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento e expressou um voto de agradecimento e apreço à Senhora Presidente da Câmara de Rio Maior, pela disponibilidade demonstrada. -----

1.1.1.2 – Tolerância de Ponto – dia 26 de dezembro de 2017

----- O Senhor Presidente informou o restante Executivo que, no uso das competências que lhe são conferidas, determinou conceder Tolerância de Ponto aos trabalhadores do Município, no dia 26 de dezembro de 2017. -----

1.1.1.3 – XXIII Congresso da ANMP – 9-12-2017 – Portimão

----- O Senhor Presidente informou o restante Executivo, que esteve presente no XXIII Congresso ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, no dia 9 de dezembro do corrente ano, em Portimão, tendo os trabalhos constantes do programa decorrido com normalidade. -----

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 – CÂMARA MUNICIPAL

3 – DIVISÃO FINANCEIRA

3.1 – SECÇÃO FINANCEIRA

3.1.1 – Resumo Diário de Tesouraria



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria respeitante ao dia 06 de dezembro de 2017, que apresenta os seguintes valores / total de disponibilidades: -----

----- De operações orçamentais: 2.059.744,29 € (dois milhões cinquenta e nove mil setecentos e quarenta e quatro euros e vinte e nove centimos); -----

----- De operações não orçamentais: 225.015,97 € (duzentos e vinte e cinco mil e quinze euros e noventa e sete centimos), num total de 2.294.895,99 € (dois milhões duzentos e noventa e quatro mil oitocentos e noventa e cinco euros e noventa e nove centimos).-----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

4 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA

5 - DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

6 - DIVISÃO TÉCNICA DE OBRAS E URBANISMO

6.1 - OBRAS PARTICULARES

6.1.1 - Atualização de tabelas de taxas e licenças a aplicar aos Regulamentos Municipais

----- Foi presente uma informação dos Serviços Administrativos Urbanismo, do seguinte teor: -----

----- *“Considerando que o artigo 71º nº 1 do Regulamento de Abastecimento de Água e Saneamento do Município de Pampilhosa da Serra, artigo 43º nº 1 do Regulamento de Resíduos Sólidos Urbanos e de Higiene e Limpeza Pública do Município de Pampilhosa da Serra, artigo 14º nº 1 do Regulamento Municipal de Inspeção de Ascensores Monta-Cargas Escadas Mecânicas e Tapetes Rolantes, do artigo 67º nº 1 do Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação, artigo 41º nº 1 do Regulamento Geral de Taxas Municipais, Regulamento do Parque de Campismo de Janeiro de Baixo, dispõem no sentido de as tabelas de preços de taxas e licenças neles constantes serem atualizadas anualmente em função do nº 1 do artigo 6º das Normas de Execução Orçamental para o ano civil de 2018 e do índice de preços do consumidor, sem habitação, publicado pelo I. N.E. - Instituto Nacional de Estatística, resulta do mesmo a aplicação da taxa de 1,4%.* -----

----- *Propõe-se assim que a respetiva atualização seja sujeita à apreciação em reunião da Câmara Municipal.* -----

----- *Em face do exposto, anexa-se exemplar da tabela de taxas em vigor e previsão de valores*



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

para o ano civil de 2018.” -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

6.2 – OBRAS PÚBLICAS

6.2.1 - REPARAÇÃO DE ESTRADA MUNICIPAL EM1 _ VALE PEREIRAS - CRUZ. EN344 E MACHIO DE BAIXO - CRUZ. EN344

6.2.1.1 - Início de procedimento por ajuste direto

- Informação nº 20_Conc_2017

- Concurso 202017

----- Foi presente a Informação nº 20_Conc_2017 dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- “ Os troços da estrada acima mencionada foram gravemente afetados nos incêndios de junho de 2017. Consequentemente foi efetuada candidatura ao Fundo de Emergência Municipal e ao PO Centro 2020, tendo a mesma sido aprovada. Assim é urgente efetuar o procedimento concursal para a escolha do adjudicatário. O projeto, elaborado pelos serviços do Município, de acordo com a necessidade de reposição dos elementos afetados, está concluído, bem como o respetivo orçamento estimativo e demais elementos tendentes ao lançamento do procedimento de concurso, estimando-se um prazo máximo de execução de 180 dias. Os trabalhos referem-se única e exclusivamente à reposição das condições anteriores ao incêndio, podendo ser tramitado de acordo com o disposto no Contratos Públicos, publicado no Decreto-Lei nº 18/2008 de 29/01, conjugado com o disposto no Decreto-Lei nº 135-A/2017 de 02 de novembro, que estabelece um regime excecional de contratação de empreitadas de obras públicas, de locação ou aquisição de bens e de aquisição de serviços. Assim e atento o atrás exposto, entende-se que poderá ser aprovado o projeto e demais elementos de concurso, devendo ser iniciado um procedimento de ajuste direto para execução a empreitada acima referida, ao abrigo do disposto na alínea a) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos, publicado no Decreto-Lei nº 18/2008 de 29/01, conjugado com o disposto no nº 1 do artigo 2º do Decreto-Lei nº 135-A/2017 de 02 de novembro. Mais se propõe o Júri do procedimento bem como as entidades a convidar. -----

----- Mais se informa que os valores e parâmetros mais relevantes são os seguintes: -----

----- Objeto do Contrato: Empreitada de Obras Públicas; -----

----- Preço Base: 316.280,70 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----

----- Base da Escolha do Procedimento: Valor do Contrato; -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Tipo de Procedimento: Ajuste Direto, ao abrigo da Alínea a) do Artº 19 do Código dos Contratos Públicos, publicado no Decreto-Lei nº 18/2008, de 29/01 e republicado no Decreto-Lei nº 278/2009, de 02 de outubro; -----

----- Prazo máximo de execução: 180 dias; -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o projeto e demais elementos de concurso e proceder à abertura do procedimento do concurso, ao abrigo do disposto na Alínea a) do Artº 19º, do Código dos Contratos Públicos, publicado no Decreto-Lei nº 18/2008 de 29/01 e republicado no Decreto-Lei nº 278/2009 de 02 de outubro e subseqüentes alterações. -----

----- Mais deliberou dar poderes ao Senhor Presidente para decidir sobre questões relacionadas com erros e omissões, devendo todas as decisões ser objeto de ratificação na reunião imediatamente seguinte à data da tomada de decisão. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

6.2.1.2 - Júri de procedimento

- Informação nº 20_Conc_2017

- Concurso 202017

----- Foi presente a Informação nº 20_Conc_2017, dos Serviços Técnicos de Obras, na qual é proposto o Júri do presente procedimento de concurso, de acordo com o seguinte:

----- EFETIVOS: -----

----- Presidente - Fernando Pereira Alves; -----

----- 1º Vogal - Luís Filipe Simões Batista; -----

----- 2º Vogal - Pedro Tiago Sousa Santa; -----

----- SUPLENTE: -----

----- 1º Vogal - José Carlos Alves Barreiros; -----

----- 2º Vogal - Nuno Miguel Coelho Pina. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a constituição do Júri nos termos e para os efeitos do disposto no Código dos Contratos Públicos, publicado no Decreto-Lei nº 18/2008 de 29/01 e republicado no Decreto-Lei nº 278/2009 de 02 de outubro. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

6.2.2 - REPARAÇÃO DE ESTRADA MUNICIPAL EM6 _ RAMALHEIRA - PESSEGUEIRO



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

6.2.2.1 - Início de procedimento por ajuste direto - Informação nº 25_Conc_2017 - Concurso 252017

----- Foi presente a Informação nº 25_Conc_2017 dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- “ Os troços da estrada acima mencionada foram gravemente afetados nos incêndios de junho de 2017. Consequentemente foi efetuada candidatura ao Fundo de Emergência Municipal e ao PO Centro 2020, tendo a mesma sido aprovada. Assim é urgente efetuar o procedimento concursal para a escolha do adjudicatário. O projeto, elaborado pelos serviços do Município, de acordo com a necessidade de reposição dos elementos afetados, está concluído, bem como o respetivo orçamento estimativo e demais elementos tendentes ao lançamento do procedimento de concurso, estimando-se um prazo máximo de execução de 180 dias. Os trabalhos referem-se única e exclusivamente à reposição das condições anteriores ao incêndio, podendo ser tramitado de acordo com o disposto no Contratos Públicos, publicado no Decreto-Lei nº 18/2008 de 29/01, conjugado com o disposto no Decreto-Lei nº 135-A/2017 de 02 de novembro, que estabelece um regime excecional de contratação de empreitadas de obras públicas, de locação ou aquisição de bens e de aquisição de serviços. Assim e atento o atrás exposto, entende-se que poderá ser aprovado o projeto e demais elementos de concurso, devendo ser iniciado um procedimento de ajuste direto para execução a empreitada acima referida, ao abrigo do disposto na alínea a) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos, publicado no Decreto-Lei nº 18/2008 de 29/01, conjugado com o disposto no nº 1 do artigo 2º do Decreto-Lei nº 135-A/2017 de 02 de novembro. Mais se propõe o júri do procedimento bem como as entidades a convidar. -----

----- Mais se informa que os valores e parâmetros mais relevantes são os seguintes: -----

----- Objeto do Contrato: Empreitada de Obras Públicas; -----

----- Preço Base: 277.155,60 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----

----- Base da Escolha do Procedimento: Valor do Contrato; -----

----- Tipo de Procedimento: Ajuste Direto, ao abrigo da Alínea a) do Artº 19 do Código dos Contratos Públicos, publicado no Decreto-Lei nº 18/2008, de 29/01 e republicado no Decreto-Lei nº 278/2009, de 02 de outubro; -----

----- Prazo máximo de execução: 180 dias; -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o projeto e demais elementos de concurso e proceder à abertura do procedimento do concurso, ao abrigo do disposto na Alínea a) do Artº 19º, do Código dos Contratos Públicos, publicado no Decreto-Lei nº 18/2008 de 29/01 e republicado no Decreto-Lei nº 278/2009 de 02 de outubro e subsequentes alterações. -----

----- Mais deliberou dar poderes ao Senhor Presidente para decidir sobre questões



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

relacionadas com erros e omissões, devendo todas as decisões ser objeto de ratificação na reunião imediatamente seguinte à data da tomada de decisão. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

6.2.2.2 - Júri de procedimento

- Informação nº 25_Conc_2017

- Concurso 252017

----- Foi presente a Informação nº 25_Conc_2017, dos Serviços Técnicos de Obras, na qual é proposto o Júri do presente procedimento de concurso, de acordo com o seguinte:

----- EFETIVOS: -----

----- Presidente - Fernando Pereira Alves; -----

----- 1º Vogal - Luís Filipe Simões Batista; -----

----- 2º Vogal - Pedro Tiago Sousa Santa; -----

----- SUPLENTE: -----

----- 1º Vogal - José Carlos Alves Barreiros; -----

----- 2º Vogal - Nuno Miguel Coelho Pina. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a constituição do Júri nos termos e para os efeitos do disposto no Código dos Contratos Públicos, publicado no Decreto-Lei nº 18/2008 de 29/01 e republicado no Decreto-Lei nº 278/2009 de 02 de outubro. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

6.2.3 - REPARAÇÃO DE ESTRADA MUNICIPAL EM9 _ PESSEGUEIRO CIMEIRO - CASAL DA SILVA - SOBRAL BENDITO - EN112

6.2.3.1 - Início de procedimento por ajuste direto

- Informação nº 28_Conc_2017

- Concurso 282017

----- Foi presente a Informação nº 28_Conc_2017 dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- " Os troços da estrada acima mencionada foram gravemente afetados nos incêndios de junho de 2017. Consequentemente foi efetuada candidatura ao Fundo de Emergência Municipal e ao PO Centro 2020, tendo a mesma sido aprovada. Assim é urgente efetuar o procedimento concursal para a escolha do adjudicatário. O projeto, elaborado pelos serviços do Município, de



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

acordo com a necessidade de reposição dos elementos afetados, está concluído, bem como o respetivo orçamento estimativo e demais elementos tendentes ao lançamento do procedimento de concurso, estimando-se um prazo máximo de execução de 180 dias. Os trabalhos referem-se única e exclusivamente à reposição das condições anteriores ao incêndio, podendo ser tramitado de acordo com o disposto no Contratos Públicos, publicado no Decreto-Lei nº 18/2008 de 29/01, conjugado com o disposto no Decreto-Lei nº 135-A/2017 de 02 de novembro, que estabelece um regime excecional de contratação de empreitadas de obras públicas, de locação ou aquisição de bens e de aquisição de serviços. Assim e atento o atrás exposto, entende-se que poderá ser aprovado o projeto e demais elementos de concurso, devendo ser iniciado um procedimento de ajuste direto para execução a empreitada acima referida, ao abrigo do disposto na alínea a) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos, publicado no Decreto-Lei nº 18/2008 de 29/01, conjugado com o disposto no nº 1 do artigo 2º do Decreto-Lei nº 135-A/2017 de 02 de novembro. Mais se propõe o Júri do procedimento bem como as entidades a convidar.-----

----- Mais se informa que os valores e parâmetros mais relevantes são os seguintes: -----

----- Objeto do Contrato: Empreitada de Obras Públicas; -----

----- Preço Base: 257.560,30 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----

----- Base da Escolha do Procedimento: Valor do Contrato; -----

----- Tipo de Procedimento: Ajuste Direto, ao abrigo da Alínea a) do Artº 19 do Código dos Contratos Públicos, publicado no Decreto-Lei nº 18/2008, de 29/01 e republicado no Decreto-Lei nº 278/2009, de 02 de outubro; -----

----- Prazo máximo de execução: 180 dias;-----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o projeto e demais elementos de concurso e proceder à abertura do procedimento do concurso, ao abrigo do disposto na Alínea a) do Artº 19º, do Código dos Contratos Públicos, publicado no Decreto-Lei nº 18/2008 de 29/01 e republicado no Decreto-Lei nº 278/2009 de 02 de outubro e subsequentes alterações. -----

----- Mais deliberou dar poderes ao Senhor Presidente para decidir sobre questões relacionadas com erros e omissões, devendo todas as decisões ser objeto de ratificação na reunião imediatamente seguinte à data da tomada de decisão. -----

6.2.3.2 - Júri de procedimento

- Informação nº 28_Conc_2017

- Concurso 282017

----- Foi presente a Informação nº 28_Conc_2017, dos Serviços Técnicos de Obras, na qual é proposto o Júri do presente procedimento de concurso, de acordo com o seguinte:

----- EFETIVOS: -----

----- Presidente - Fernando Pereira Alves; -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- 1º Vogal - Luís Filipe Simões Batista; -----
----- 2º Vogal - Pedro Tiago Sousa Santa; -----
----- SUPLENTE: -----
----- 1º Vogal - José Carlos Alves Barreiros; -----
----- 2º Vogal - Nuno Miguel Coelho Pina. -----
----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a constituição do Júri nos termos e para os efeitos do disposto no Código dos Contratos Públicos, publicado no Decreto-Lei nº 18/2008 de 29/01 e republicado no Decreto-Lei nº 278/2009 de 02 de outubro. -----
----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

6.2.4 - REPARAÇÃO DE ESTRADA MUNICIPAL EM10 _ ALTO DO SOEIRINHO - EN112

6.2.4.1 - Início de procedimento por ajuste direto

- Informação nº 29_Conc_2017
- Concurso 292017

----- Foi presente a Informação nº 29_Conc_2017 dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- “ Os troços da estrada acima mencionada foram gravemente afetados nos incêndios de junho de 2017. Consequentemente foi efetuada candidatura ao Fundo de Emergência Municipal e ao PO Centro 2020, tendo a mesma sido aprovada. Assim é urgente efetuar o procedimento concursal para a escolha do adjudicatário. O projeto, elaborado pelos serviços do Município, de acordo com a necessidade de reposição dos elementos afetados, está concluído, bem como o respetivo orçamento estimativo e demais elementos tendentes ao lançamento do procedimento de concurso, estimando-se um prazo máximo de execução de 180 dias. Os trabalhos referem-se única e exclusivamente à reposição das condições anteriores ao incêndio, podendo ser tramitado de acordo com o disposto no Contratos Públicos, publicado no Decreto-Lei nº 18/2008 de 29/01, conjugado com o disposto no Decreto-Lei nº 135-A/2017 de 02 de novembro, que estabelece um regime excecional de contratação de empreitadas de obras públicas, de locação ou aquisição de bens e de aquisição de serviços. Assim e atento o atrás exposto, entende-se que poderá ser aprovado o projeto e demais elementos de concurso, devendo ser iniciado um procedimento de ajuste direto para execução a empreitada acima referida, ao abrigo do disposto na alínea a) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos, publicado no Decreto-Lei nº 18/2008 de 29/01, conjugado com o disposto no nº 1 do artigo 2º do Decreto-Lei nº 135-A/2017 de 02 de novembro. Mais se propõe o Júri do procedimento bem como as entidades a convidar. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Mais se informa que os valores e parâmetros mais relevantes são os seguintes: -----
 ----- Objeto do Contrato: Empreitada de Obras Públicas; -----
 ----- Preço Base: 159.796,50 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----
 ----- Base da Escolha do Procedimento: Valor do Contrato; -----
 ----- Tipo de Procedimento: Ajuste Direto, ao abrigo da Alínea a) do Artº 19 do Código dos Contratos Públicos, publicado no Decreto-Lei nº 18/2008, de 29/01 e republicado no Decreto-Lei nº 278/2009, de 02 de outubro; -----
 ----- Prazo máximo de execução: 180 dias; -----
 ----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o projeto e demais elementos de concurso e proceder à abertura do procedimento do concurso, ao abrigo do disposto na Alínea a) do Artº 19º, do Código dos Contratos Públicos, publicado no Decreto-Lei nº 18/2008 de 29/01 e republicado no Decreto-Lei nº 278/2009 de 02 de outubro e subsequentes alterações. -----
 ----- Mais deliberou dar poderes ao Senhor Presidente para decidir sobre questões relacionadas com erros e omissões, devendo todas as decisões ser objeto de ratificação na reunião imediatamente seguinte à data da tomada de decisão. -----

6.2.4.2 - Júri de procedimento

- Informação nº 29_Conc_2017
- Concurso 292017

----- Foi presente a Informação nº 29_Conc_2017, dos Serviços Técnicos de Obras, na qual é proposto o Júri do presente procedimento de concurso, de acordo com o seguinte: -----
 ----- EFETIVOS: -----
 ----- Presidente - Fernando Pereira Alves; -----
 ----- 1º Vogal - Luís Filipe Simões Batista; -----
 ----- 2º Vogal - Pedro Tiago Sousa Santa; -----
 ----- SUPLENTE: -----
 ----- 1º Vogal - José Carlos Alves Barreiros; -----
 ----- 2º Vogal - Nuno Miguel Coelho Pina. -----
 ----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a constituição do Júri nos termos e para os efeitos do disposto no Código dos Contratos Públicos, publicado no Decreto-Lei nº 18/2008 de 29/01 e republicado no Decreto-Lei nº 278/2009 de 02 de outubro. -----
 ----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

6.2.5 - REPARAÇÃO DE ESTRADA MUNICIPAL EM12 _ EN112 - MALHADAS DA SERRA - PESSEGUEIRO

6.2.5.1 - Início de procedimento por ajuste direto - Informação nº 31_Conc_2017 - Concurso 312017

----- Foi presente a Informação nº 31_Conc_2017 dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- “ Os troços da estrada acima mencionada foram gravemente afetados nos incêndios de junho de 2017. Consequentemente foi efetuada candidatura ao Fundo de Emergência Municipal e ao PO Centro 2020, tendo a mesma sido aprovada. Assim é urgente efetuar o procedimento concursal para a escolha do adjudicatário. O projeto, elaborado pelos serviços do Município, de acordo com a necessidade de reposição dos elementos afetados, está concluído, bem como o respetivo orçamento estimativo e demais elementos tendentes ao lançamento do procedimento de concurso, estimando-se um prazo máximo de execução de 180 dias. Os trabalhos referem-se única e exclusivamente à reposição das condições anteriores ao incêndio, podendo ser tramitado de acordo com o disposto no Contratos Públicos, publicado no Decreto-Lei nº 18/2008 de 29/01, conjugado com o disposto no Decreto-Lei nº 135-A/2017 de 02 de novembro, que estabelece um regime excecional de contratação de empreitadas de obras públicas, de locação ou aquisição de bens e de aquisição de serviços. Assim e atento o atrás exposto, entende-se que poderá ser aprovado o projeto e demais elementos de concurso, devendo ser iniciado um procedimento de ajuste direto para execução a empreitada acima referida, ao abrigo do disposto na alínea a) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos, publicado no Decreto-Lei nº 18/2008 de 29/01, conjugado com o disposto no nº 1 do artigo 2º do Decreto-Lei nº 135-A/2017 de 02 de novembro. Mais se propõe o júri do procedimento bem como as entidades a convidar. -----

----- Mais se informa que os valores e parâmetros mais relevantes são os seguintes: -----

----- Objeto do Contrato: Empreitada de Obras Públicas; -----

----- Preço Base: 272.214,50 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----

----- Base da Escolha do Procedimento: Valor do Contrato; -----

----- Tipo de Procedimento: Ajuste Direto, ao abrigo da Alínea a) do Artº 19 do Código dos Contratos Públicos, publicado no Decreto-Lei nº 18/2008, de 29/01 e republicado no Decreto-Lei nº 278/2009, de 02 de outubro; -----

----- Prazo máximo de execução: 180 dias; -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o projeto e demais elementos de concurso e proceder à abertura do



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

procedimento do concurso, ao abrigo do disposto na Alínea a) do Artº 19º, do Código dos Contratos Públicos, publicado no Decreto-Lei nº 18/2008 de 29/01 e republicado no Decreto-Lei nº 278/2009 de 02 de outubro e subsequentes alterações. -----

----- Mais deliberou dar poderes ao Senhor Presidente para decidir sobre questões relacionadas com erros e omissões, devendo todas as decisões ser objeto de ratificação na reunião imediatamente seguinte à data da tomada de decisão. -----

6.2.5.2 - Júri de procedimento

- Informação nº 31_Conc_2017

- Concurso 31217

----- Foi presente a Informação nº 31_Conc_2017, dos Serviços Técnicos de Obras, na qual é proposto o Júri do presente procedimento de concurso, de acordo com o seguinte:

----- EFETIVOS: -----

----- Presidente - Fernando Pereira Alves; -----

----- 1º Vogal - Luís Filipe Simões Batista; -----

----- 2º Vogal - Pedro Tiago Sousa Santa; -----

----- SUPLENTE: -----

----- 1º Vogal - José Carlos Alves Barreiros; -----

----- 2º Vogal - Nuno Miguel Coelho Pina. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a constituição do Júri nos termos e para os efeitos do disposto no Código dos Contratos Públicos, publicado no Decreto-Lei nº 18/2008 de 29/01 e republicado no Decreto-Lei nº 278/2009 de 02 de outubro. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

7 - DIVISÃO SÓCIO-CULTURAL E EDUCATIVA

7.1 - AÇÃO SOCIAL

7.1.1 - Apoio no pagamento das mensalidades - Residência de Estudantes

----- Foi presente uma informação do Gabinete de Ação Social, do seguinte teor: -----

----- “ No âmbito do pedido de apoio para as mensalidades dos alunos que se encontram a frequentar a Residência de Estudantes no ano letivo 2017/2018 e tendo em conta a deliberação em



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

reunião de Câmara do dia 11 de setembro de 2017, venho pelo presente remeter três novas propostas de apoio: -----

Nome do Aluno	Residência	Escalão do subsídio	Mensalidade	Valor a pagar pelo Município	Valor a pagar pela Família
Sara Marina Almeida Miguel	Póvoa	A	41,92€	33,54 € (80%)	8,38€ (20%)
David Antunes Gonçalves	Janeiro de Cima	B	83,84€	62,88€ (75%)	20,96€ (25%)
Catarina Rodrigues Martins	Ribeira de Isna	B	83,84€	62,88€ (75%)	20,96€ (25%)

----- À consideração superior.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

7.2 - EDUCAÇÃO

7.2.1 - Análise de Candidatura - Bolsas de Estudo do Ensino Superior - Ano Letivo 2017/2018

----- Foi presente uma informação dos Serviços de Educação, do seguinte teor: -----

----- “ No seguimento do Processo nº 2017/850.10.500/4 referente às candidaturas para atribuição de bolsa de estudo a alunos do concelho que ingressaram no Ensino Superior em 2017/2018 e no âmbito do Regulamento Municipal para Atribuição de Bolsas de Estudo, publicado em Diário da República 2ª Série, Nº 238 de 10 de dezembro de 2008, vimos por este meio remeter para análise e aprovação, nove candidaturas apresentadas por jovens residentes no concelho de Pampilhosa da Serra. -----

----- Assim, e tendo em conta a reunião da Comissão de Análise das Bolsas de Estudo de Ensino Superior, realizada no dia 07/12/2017, cuja ata segue em anexo, cumpre-nos informar que todas as candidaturas reúnem os critérios definidos no Regulamento, encontrando-se por isso, em conformidade. Deste modo, foi dado pela Comissão de Análise parecer favorável às 9 candidaturas apresentadas. Da reunião da Comissão de Análise das Bolsas de Estudo de Ensino Superior surge, ainda, a proposta, para análise e deliberação, de atribuição dos montantes respetivos a cada candidato bolseiro numa só tranche. -----

----- Junto se envia, também em anexo, de forma resumida, listagem na qual constam dados



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

relativos aos candidatos e respetivos valores a atribuir. -----

----- À consideração superior". -----

Regulamento Municipal para Atribuição de Bolsas de Estudo 2017/2018

Diário da República 2ª Série - Nº 238 - 10 dezembro 2008

Nº Proc.	Nome	Morada	Escola Secundária	Média Ens.Sec	Curso	Universidade
1	Andreia Bernardo Almeida	Póvoa da Raposeira	Escola Bás. e Secund.Pª Serra	15.1	Engenharia e Gestão Industrial	Escola Superior de Tecnol. e Gestão de Leiria
2	Francisco José Isidoro Albino	Dornelas do Zêzere	Escola Sec. Amato Lusitano - Castelo Branco	13.8	Engenharia Informática	Escola Superior de Tecnol. e Gestão Inst.Polit. da Guarda
3	Inês Aurora Lopes Alves	Carvoeiro	Escola Bás. e Secund.Pª Serra	16.8	Dietética e Nutrição	Escola Superior de Saúde de Leiria
4	Lourenço Dias Peixoto	Janeiro de Baixo	Escola Bás. e Secund.Pª Serra	13.6	Engenharia Eletrotécnica das Telecomunicações	Escola Superior de Tecnologia de Castelo Branco
5	Carolina Isabel Silva Duarte	Pampilhosa da Serra	Escola Sec. Amato Lusitano - Castelo Branco	15.0	Gestão de Empresas	Inst. Superior de Contabil. e Administr. de Coimbra
6	Ana Isabel Brás Almeida	Dornelas do Zêzere	Escola Sec. Nuno Álvares Castelo Branco	16.6	Direito	Faculdade de Direito de Lisboa
7	Inês Filipa Martins Miguel	Pampilhosa da Serra	Escola Sec. Nuno Álvares Castelo Branco	15.1	Enfermagem	Escola Superior de Enfermagem de Coimbra
			Escola Sec.		Mestrado	Faculdade de



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

8	Eduarda Pereira Pinto	Pampilhosa da Serra	Nuno Álvares Castelo Branco	16.6	Integrado em Engenharia Física	Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra
9	Cláudia Patrícia Fernandes Barata	Amoreira Cimeira	Escola Secundária da Sertã	19.3	Ciências do Desporto	Faculdade de Motricidade Humana da Universidade de Lisboa

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

ENCERRAMENTO

----- Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, quando eram onze horas e trinta minutos, pelo que de tudo e para constar se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada por unanimidade, foi assinada pelo Sr. Vice-Presidente, Jorge Alves Custódio, e por mim, Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica que a redigi e subscrevi. -----




